

3ª Reunião da Análise da Estratégia - 2016

**1. Identificação da Reunião**

Data	Horário			Local	Coordenador da reunião	
14/12/16	Início	10h	Término	12h30min	Auditório	Desembargador Presidente e Gestor de Metas – Francisco José Pinheiro Cruz

**2. Objetivos da Reunião**

- Deliberações da 1ª e 2ª RAEs;
- Resultados do Plano de Gestão 2015-2016 (até novembro de 2016);
- Indicadores e Metas do PEP 2015-2020 (até novembro de 2016);
- Metas Nacionais do CNJ para 2016 (até novembro de 2016);
- Meta Específica da Justiça do Trabalho para 2016 (até novembro de 2016);
- Metas Regionais TRT14 (até novembro de 2016);
- Metas Nacionais do CNJ para 2017;
- Indicadores e metas do Plano de Logística Sustentável.

**3. Participantes da Reunião**

	Gestores	Unidades
1	Des. Francisco José Pinheiro Cruz	Presidente e Gestor de Metas
2	Ada Alves Reis Mendes	Secretaria Judiciária
3	Alice Moraes Moreira	Secretaria de Gestão de Pessoas
4	Ariel Rodrigues dos Santos	Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
5	Antônio Batista de Souza	Secretaria-Geral da Presidência
6	Antônio Feitosa da Rocha Filho	Secretaria Judiciária
7	Carla Cristina Dantas Lima de Oliveira	Gab. Desembargador Vulmar de Araújo Coêlho
8	Carlos André Sousa Rodrigues	Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
9	Celso Gomes	Assessoria de Comunicação Social
10	Christianne Araujo Mendonça	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
11	Edson Furtado Alves Júnior	Diretoria de Serviço de Controle Interno e Auditoria
12	François Lúcio	Diretoria de Serviços de Material e

3ª Reunião da Análise da Estratégia - 2016

		Patrimônio
13	Frank Luz de Freitas	Secretaria Executiva da Escola Judicial
14	Hebert Eugênio Gonçalves	Secretaria do Tribunal Pleno
15	Hélio Ricardo da Silva	Secretaria da Corregedoria Regional
16	Hely Calixto da Cruz	Diretoria de Serviços de Infraestrutura, Logística e Segurança
17	Iuri Tadeu Ribeiro de Carvalho	Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
18	Jaqueline da Silva Ramos	Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
19	João Bosco Machado de Miranda	Secretaria-Geral da Presidência
20	João Martins da Silva Filho	Secretaria da Corregedoria Regional
21	José Corsino de Carvalho Baptista Júnior	Gab. Desembargador Shikou Sadahiro
22	Lélio Lopes Ferreira Júnior	Secretaria Administrativa
23	Leonardo Da Silva Valério	Assessoria Administrativa da Presidência
24	Liduína Maria das Chagas Landim	Secretaria Executiva da Escola Judicial
25	Luiz Gonzaga da Silva	Secretaria Executiva da Escola Judicial
26	Luiz Alberto Trovó	Seção de Cerimonial e Eventos Institucionais
27	Maria Eleide Batista de Sales Mendes	Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios
28	Maria Aparecida da Fonseca	Gab. Desembargador Shikou Sadahiro
29	Neide Medeiros de Lira	Gab. Desembargador Shikou Sadahiro
30	Mariluce da Silva Vlixio Azevedo	Núcleo de Cálculos Judiciais
31	Raimunda Tamar Souza da Rocha	Secretaria de Orçamento e Finanças
32	Raimunda Brito Pedraça	Núcleo de Gestão Documental
33	Raimundo José Zacarias da Costa	Diretoria-Geral das Secretarias
34	Robert Armando Rosa	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
35	Romário Botelho dos Santos	Secretaria da Corregedoria Regional
36	Romão Garcia Filho	Núcleo de Serviços Gráficos
37	Rosana Maria Mieko Takebayashi	Secretaria da Corregedoria Regional
38	Shirley Pantoja Esteves	Gab. Desembargador Shikou Sadahiro
39	Taís Betânia Fusinato	Núcleo de Assistência à Saúde
40	Valda Serrão de Farias	Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

**3ª Reunião da Análise da Estratégia - 2016**

41	Vinicius Vieira Marques	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
42	Whander Jeffson da Silva Costa	Diretoria de Serviço de Controle Interno e Auditoria
43	Weslei Maycon Maltezo	Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

**4. Discussão da Pauta:**

A 3ª Reunião da Análise da Estratégia (3ª RAE/2016) foi aberta pelo Presidente, **Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz**, que, na ocasião, ressaltou a importância do recebimento do Selo Justiça em Números 2016, na categoria Diamante, prêmio máximo do Poder Judiciário Nacional, destacando que a premiação não significa apenas o cumprimento das Metas Nacionais, mas também reconhecimento aos Tribunais que investem no aperfeiçoamento da governança, promoção da transparência pública, eficiência, eficácia e efetividade. Informou, ainda, o Presidente que, por ocasião do Seminário de Gestão de Pessoas do CSJT, realizado em Curitiba, nos dias 12 e 13/12/2016, recebeu a notícia que este TRT14 ficou em 1º lugar nos resultados do IGoV Pessoas ciclo 2016, tendo recebido a faixa máxima, "Aprimorado", com 90,14% do percentual possível. Na sequência, o Secretário-Geral da Presidência, **João Bosco Machado de Miranda**, ressaltou que a metodologia de apresentação da 3ª RAE seguirá a sorte da 2ª RAE, informando que serão tratadas somente as metas não cumpridas até o mês de novembro de 2016. Explicou, ainda, que as Reuniões de Análise das Estratégias - RAEs são a essência do que denominamos de ciclo de aprendizagem e que, a partir do aprendizado gerado pela execução das RAEs, é que a estratégia pode ser questionada e, eventualmente, atualizada a partir de um novo ciclo de formulação e que, além disso, as RAEs servem para fornecer dados e fatos que asseguram uma gestão objetiva da estratégia. Em seguida, o Secretário-Geral, quanto às deliberações da 1ª e da 2ª RAE, informou que foram cumpridas as seguintes deliberações: nº 1 (Otimizar os processos de trabalho no que tange às licitações, empenho e contratação, em razão da chegada do novo aporte orçamentário); nº 2 (Concluir plano de ação para solução do parâmetro 8.3.1 – cultura orientada para resultados, do Indicador IgovGP), com o desdobramento da estratégia da SGEF e com a eleição dos objetivos estratégicos da SGEF; nº 4 (Revisar o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), foi aprovado pelo Pleno, por meio da Resolução Administrativa nº 129/2016, publicada nesta data no

### 3ª Reunião da Análise da Estratégia - 2016

Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho; nº 5 (Dar prosseguimento às ações para Implantação do MNI em parceria com o MPT, implantação do SGRH, implantação do site Backup); nº 6 (Dar prosseguimento aos estudos de reestruturação administrativa e funcional nos termos da Res. CSJT 63, de 28/05/2010 e da Resolução CNJ 219, de 26/04/2016), foram realizados vários estudos de reestruturação e levados ao Tribunal Pleno, entretanto, em virtude de pedidos de vista não foram analisados; nº 7 (Desenvolver planos de ação para atender os indicadores que compõem a meta regional 2 (Eficiência Operacional) e que apresentaram resultados insatisfatórios no primeiro trimestre de 2016 (Novos indicadores com base no Plano de Logística Sustentável) foram realizadas várias ações para atender esse compromisso e, por último, foi aprovado o Plano de Logística Sustentável do TRT da 14ª Região (PLS-Jud/TRT14), por meio da Resolução Administrativa nº 101/2016. Por outro lado, informou o Secretário-Geral que as seguintes deliberações da 1ª e 2ª RAE não foram cumpridas: nº 3 (Revisar o Plano de Comunicação Institucional (PCI), o qual deverá ser realizada uma análise pormenorizada para ver a necessidade de revisão do PCI ou se somente um plano de ação suprirá a lacuna; nº 8 (Analisar possibilidade de adquirir energia elétrica direto de unidade geradora) e nº 9 (Dar prosseguimento aos estudos pela área de Engenharia do Tribunal com relação à proposta de projeto para ampliação do Fórum Trabalhista de Porto Velho, em cumprimento à Ação Prioritária 4 do Plano de Gestão 2015-2016) essas duas últimas deliberações ficaram prejudicadas em razão de vários fatores, tais como inviabilidade de execução e ajustes das prioridades. Na sequência, passou-se à análise das Ações Prioritárias do Plano de Gestão 2015-2016. Das 10 ações eleitas pela atual Administração, 60% foram cumpridas e encontram-se em andamento 40%. Foram cumpridas as seguintes: **AP1** (Aparelhar as Varas do Trabalho); **AP2** (Reformar, restaurar, adequar e ampliar as instalações físicas das unidades jurisdicionais de 1º Grau, em conformidade com o Plano de Obras do Regional); **AP3** (Renovar a frota de veículos das unidades de 1º grau); **AP5** (Elaborar, implantar e implementar o Plano Diretor de Informática – PDTI) e **AP6** (Capacitar continuamente magistrados e servidores em PJe-JT e sua integração com o e-Gestão) e **AP8** (Realizar concurso público para contratação de novos servidores), quanto à última ação, este TRT14, até a data de 30-11-2016, deu posse a **75 aprovados** nos Concursos Públicos referentes aos Editais n. 01/2014 e n. 01/2015, nos cargos de Técnico Judiciário - Área Administrativa, Técnico Judiciário -

### 3ª Reunião da Análise da Estratégia - 2016

Especialidade Tecnologia da Informação, Analista Judiciário: Área Judiciária e Analista Judiciário: Área Administrativa, sendo 48 lotados na área-fim (65%) e 27 na área-meio (35%). Por sua vez, encontram-se em andamento as seguintes ações: **AP4** (Aquisição de terreno e aprovação do projeto para construção do prédio para abrigar as Varas do Trabalho de Porto Velho), aguardando manifestação da Secretaria de Patrimônio da União, conforme processo 000488.2010.000.14.00-9; **AP9** (Propiciar os meios necessários objetivando a implantação no âmbito do TRT14 do Módulo Licitações e Contratos integrantes do Projeto GAE – Gestão Administrativa Eletrônica da Justiça do Trabalho; SILC – Sistema de Licitações e Contratos (implantado, em fase de teste, em Convênio com TRT 4ª Região) e **AP10** (Simplificação, padronização, manualização e desenvolvimento de sistemas de processos de trabalho nas áreas de apoio administrativo e judiciário (enfoque no PJe) foram realizados treinamentos com os servidores que operam o sistema PJe, com o intuito de capacitá-los, bem como foram promovidos debates na Rádio14 com o objetivo de esclarecer eventuais dúvidas, restando apenas a ampliação da manualização e padronização de procedimentos para cumprimento integral da ação. O Secretário-Geral salientou que a **AP7** (Dar continuidade ao processo de reestruturação administrativa e funcional, com base nas demandas processuais e nas novas diretrizes da Resolução CSJT nº 63/2010) foi parcialmente cumprida tendo em vista que a proposta de alteração da estrutura foi encaminhada ao Pleno e, por sua vez, retirada de pauta para vistas, conforme certidão acostada às fls. 2546, 2560 e 2562 dos autos do Processo nº 00038.2009.000.14.00-2. Em seguida, o Secretário-Geral da Presidência, **João Bosco Machado de Miranda**, passou a apresentar os indicadores e metas do PEP 2015-2020 ainda não cumpridos até novembro de 2016, sendo eles: Maximizar os resultados da governança administrativa e judiciária, Melhorar a comunicação interna e externa e Maximizar os resultados da governança de TIC, tendo, respectivamente, 85%, 74,6% e 74,2% de cumprimento em relação à meta. O Secretário-Geral levantou ainda a necessidade do Comitê de Gestão Estratégica, instituído por meio da Portaria GP nº 1211, de 20 de junho de 2016, analisar a possibilidade de revisar o Planejamento Estratégico Participativo PEP-2015-2020 no ano de 2017, salientando que no final do 2º ano do Planejamento Institucional foi alcançado 92,3% da meta do ano de 2016. Posteriormente passou-se a analisar as Metas do Programa Trabalho Seguro para o biênio 2016/2017, nos termos da Portaria GP n. 1667, de 26/08/2016 e do

### 3ª Reunião da Análise da Estratégia - 2016

Ofício.Circ.TST.GP.PTS nº 56/2016. Informou o Secretário-Geral que este Regional já cumpriu 3 das 5 metas estabelecidas, alcançando um percentual de 60% de cumprimento. Estão cumpridas: **META 1** (Realizar um evento científico multidisciplinar na jurisdição do Tribunal Regional sobre o tema dos transtornos mentais relacionados ao trabalho); **META 3** (Divulgar por todos os meios possíveis mensagens educativas sobre saúde, segurança e meio ambiente do trabalho, com ênfase para o tema deste biênio); e **META 4** (Aprofundar o relacionamento institucional com os parceiros locais do Programa do Trabalho Seguro para realizar eventos conjuntos e intensificar o compartilhamento de informações). A **META 2** (Desenvolver o Programa de prevenção de transtornos mentais também no âmbito da Justiça do Trabalho, envolvendo magistrados e funcionários, devendo realizar a "Semana de Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais", preferencialmente abrangendo a semana do dia 28 de abril de 2017), segundo a **Chefe do Núcleo de Saúde, Taís Betânia Fusinato**, não teve ação iniciada e deverá ser cumprida em abril de 2017. Por outro lado, a **META 5** (Contribuir com o Tribunal Regional na criação do cadastro de profissionais para realização de perícias, especialmente nas demandas sobre acidentes do trabalho e doenças ocupacionais), encontra-se em implementação pela Secretaria Judiciária. Na sequência, o Secretário-Geral da Presidência, **João Bosco Machado de Miranda**, passou a apresentar as metas nacionais e meta específica do CSJT para JT, em relação ao período de janeiro a novembro de 2016, sendo elas: **META 1** – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente – percentual de cumprimento: 93,6%; **META 2** - Julgar processos mais antigos - identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014 - percentual de cumprimento no 1º grau: 95,3%, no 2º grau: 90,9%; **META 3** - Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais – percentual de cumprimento: 89,4%; **META 5** - Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente – percentual de cumprimento: 87,3%; e **META 6** - Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º grau, e até 31/12/2014, no 2º grau – percentual de cumprimento no 1º grau: 66,8%, no 2º grau: 83,9%; **Meta Específica** - Reduzir o tempo médio de duração do processo – percentual de cumprimento 1º e 2º Graus: 81,4%. Na oportunidade, o Presidente, **Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz**,

### 3ª Reunião da Análise da Estratégia - 2016

ressaltou, no que diz respeito à Meta 1, que só é possível saber se a meta foi cumprida no dia 31 de dezembro. Enfatizou, ainda, que o cumprimento das metas nacionais não dependem da Justiça do Trabalho e que são influenciadas por fatores externos como a crise financeira e o desemprego que acarretaram aumento de processos e diminuição da capacidade de atender da Justiça do Trabalho e que o cumprimento da Meta 3 (aumentar o índice de conciliação da fase de conhecimento) depende da vontade das partes. O Presidente enfatizou ainda que o alcance da Meta 5 (Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente) depende da capacidade de pagamento do reclamado. Quanto à Meta 6, a Secretária Judiciária, **Ada Alves dos Reis Mendes**, esclareceu que, após levantamento realizado no Sistema e-Gestão, verificou-se que se encontra pendente de julgamento na VT de Rolim de Moura somente o processo nº 001343-60.2013.5.14.0131 de Ação Coletiva, que foi conclusos para julgamento no dia 13/12/2016 e deverá ter sentença proferida até o dia 31/12/2016. Lembrou, ainda, o Desembargador Presidente que o novo Código de Processo Civil dilatou os prazos processuais e que, dessa forma, considerando que o CNJ não realizou a revisão das metas para 2016, as mesmas encontram-se dissonantes da legislação. Por sua vez, a Secretária Judiciária, **Ada Alves dos Reis Mendes**, esclareceu que a falta de juízes também impactou no cumprimento das metas, uma vez que, a exemplo da VT de Cruzeiro do Sul, na ausência do titular não havia possibilidade de enviar outro para julgar os processos, tendo, inclusive, em algumas VTs de Porto Velho, nesse ano, ficado somente um juiz. Em seguida, no que tange à Meta Regional 1 (Executar, até setembro 65%, até outubro 73%, até novembro 81% e até dezembro 90% do orçamento anual disponível para 2016, excluídas as despesas com pessoal), a Secretária de Orçamento e Finanças, **Raimunda Tamar Souza da Rocha**, destacou os seguintes valores orçamentários, até novembro de 2016, de restos a pagar: 2012: R\$ 14.098,02; 2013: R\$ 235,55; 2014: R\$ 144.321,24; 2015: R\$ 213.636,11 e informou ainda que a dotação atualizada está na faixa de R\$ 14.065.178,00, despesas empenhadas R\$ 13.533.576,94 e um total de R\$ 10.126.508,16 foram liquidados com despesas. Ressaltou ainda a Secretária da SOF que a meta estará cumprida no dia 31 de dezembro. O Presidente, **Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz**, em seguida, informou que, independente do valor que constará no orçamento de 2017, o Tribunal somente poderá gastar o que for pago (liquidado) até 31 de dezembro de

### 3ª Reunião da Análise da Estratégia - 2016

2016. Salientando ainda que se encontra em pauta, nesta data, no Congresso Nacional o PLN 45/2016, contendo proposta de abertura de crédito especial no valor de R\$ 1.470.000,00, o qual possibilitará a este Regional a construção da Vara do Trabalho de Plácido de Castro e a aquisição de terreno para ampliar o Fórum de Rio Branco. Na sequência, o Secretário-Geral da Presidência, **João Bosco Machado de Miranda**, informou que o Plano de Logística Sustentável (PLS) foi aprovado, no âmbito deste TRT14, por meio da Resolução Administrativa nº 101/2016. Enfatizou que o PLS foi elaborado nos termos da Resolução CNJ nº 201/2015 e do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014 e que com a edição das referidas normas, houve a necessidade de a Administração do Tribunal, subsidiada pelos estudos realizados pela Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (APDI), promover a revogação do Índice de Eficiência Operacional (IEO), nos moldes instituídos pela Portaria GP nº 0176, de 3 de fevereiro de 2016, que definiu a Meta Regional 2 (Eficiência Operacional). As metas do PLS serão incluídas, para fins de medição, avaliação e monitoramento, no Sistema de Gerenciamento da Estratégia (SIGEST), mais especificamente no Objetivo Estratégico "Manter as práticas socioambientais sustentáveis", na Perspectiva "Sociedade" do PEP 2015-2020. O monitoramento, a avaliação e a revisão do Plano de Logística Sustentável caberá à Comissão de Responsabilidade Socioambiental, instituída pela Resolução Administrativa nº 103/2013, assessorada pelo subcomitê de que trata o art. 12 da Resolução CNJ nº 201/2015. A APDI é a unidade responsável pela consolidação das informações relativas aos indicadores e seus respectivos temas, objetivos, ações, periodicidade de apuração e prazos para avaliação do Plano de Logística Sustentável, na forma das competências aprovadas no Regulamento Geral das Secretarias. O Secretário-Geral apresentou os 14 temas que o PLS possui, em conformidade com o Anexo I da Resolução CNJ 201/2016, sendo eles: 1 – Papel; 2 – Copos Descartáveis; 3 – Água Engarrafada; 4 – Impressões; 5 – Energia Elétrica; 6 – Água e Esgoto; 7 – Layout; 8 – Capacitação em Educação Socioambiental; 9 – Gestão de Resíduos; 10 – Qualidade de Vida; 11 – Telefonia; 12 – Vigilância; 13 – Limpeza; 14 - Veículos. Posteriormente, o Secretário-Geral ressaltou que são os planos táticos e operacionais que garantem o Plano Estratégico e que sensibilizar as equipes para Desenvolver o desdobramento da estratégia nos níveis tático e operacional e dar continuidade à metodologia de planejamento estratégico do TRT 14, executando os objetivos estratégicos de responsabilidade de todos. Citou, ainda, algumas

### 3ª Reunião da Análise da Estratégia - 2016

experiências do desdobramento nas áreas judiciárias e administrativas, informando que, no ano de 2016, houve a realização, no período de 16 a 18/08/2016, da reunião de contribuição da Secretaria de Gestão de Pessoas para o PEP 2015/2020, que culminou na publicação da Portaria nº 2431, de 28 de novembro de 2016, e a realização, no período de 24 a 25/10 e 08 a 09/11, das oficinas de revisão do Plano Estratégico de TIC – PETIC, aprovado pela Resolução Administrativa nº 129/2016. Por fim, o Secretário-Geral apresentou as Metas Nacionais e Específicas para o ano de 2017, aprovadas pelos Presidentes dos Tribunais, em Brasília-DF, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2016, durante o 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, a saber: **Meta 1** - Julgar mais processos que os distribuídos (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente); **Meta 2** - Julgar processos mais antigos (Identificar e julgar até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 1º e no 2º graus); **Meta 3** - Aumentar os casos solucionados por conciliação (Aumentar o índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos Percentuais); **Meta 5** - Impulsionar processos à execução (baixar 90% do total de casos novos de execução do ano corrente); **Meta 6** (Priorizar o julgamento das ações coletivas (98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º grau e até 31/12/2015 no 2º grau); **Meta 7** - Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos (Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior) e **Meta Específica** do CSJT para a Justiça do Trabalho - Reduzir o prazo médio de duração do processo, em relação ao ano base de 2016, em 2% na 1ª e 2ª Instância. No fechamento da reunião, o Presidente, **Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz**, agradeceu a presença de todos os gestores pelo empenho nas ações necessárias para cumprimento das metas do TRT14. Proferiu ainda um agradecimento especial ao Secretário-Geral da Presidência pela dedicação e colaboração nos serviços prestados e em especial, pela sua aposentadoria, que ocorreu no mesmo dia de realização da reunião.

#### 5. Resumo das Deliberações da Reunião

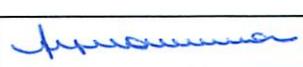
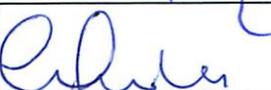
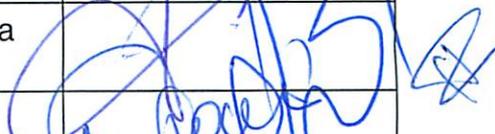
Compromissos	Unidade
1) Verificar necessidade de revisão do Plano de Comunicação Institucional (PCI) ou criação de Plano de Ação;	SGP/APDI/ASCOM
2) Dar prosseguimento aos trâmites para aquisição do terreno	DGS

**3ª Reunião da Análise da Estratégia - 2016**

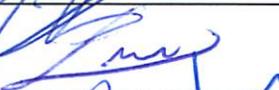
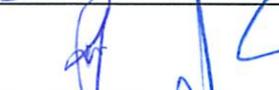
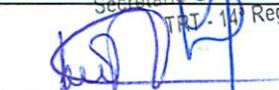
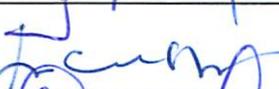
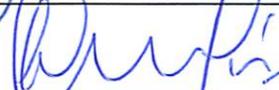
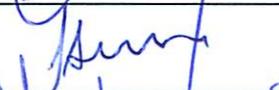
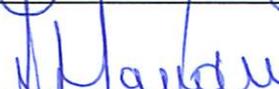
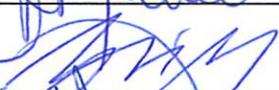
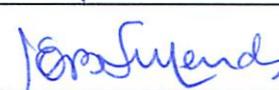
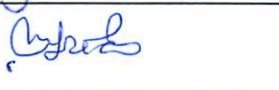
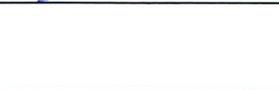
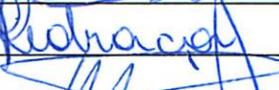
3) Realizar Semana de Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais (preferencialmente abranger a semana do dia 28 de abril);	NAS
4) Dar prosseguimento na criação do cadastro de profissionais de perícias;	Secretaria Judiciária
5) Acompanhar o julgamento do processo nº 001343-60.2013.5.14.0131 de Ação Coletiva pendente de julgamento na VT de Rolim de Moura, para cumprimento da meta 6 de 2016.	Secretaria Judiciária

**6. Fechamento da Ata**

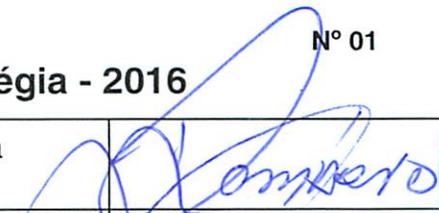
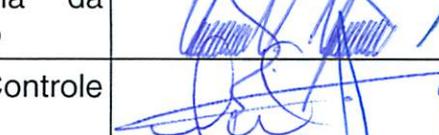
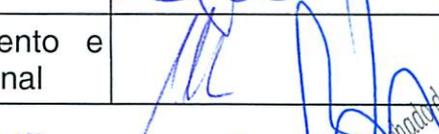
Data da ata	Relator	Assinatura do Relator
Em 14/12/2016	Weslei Maycon Maltezo	

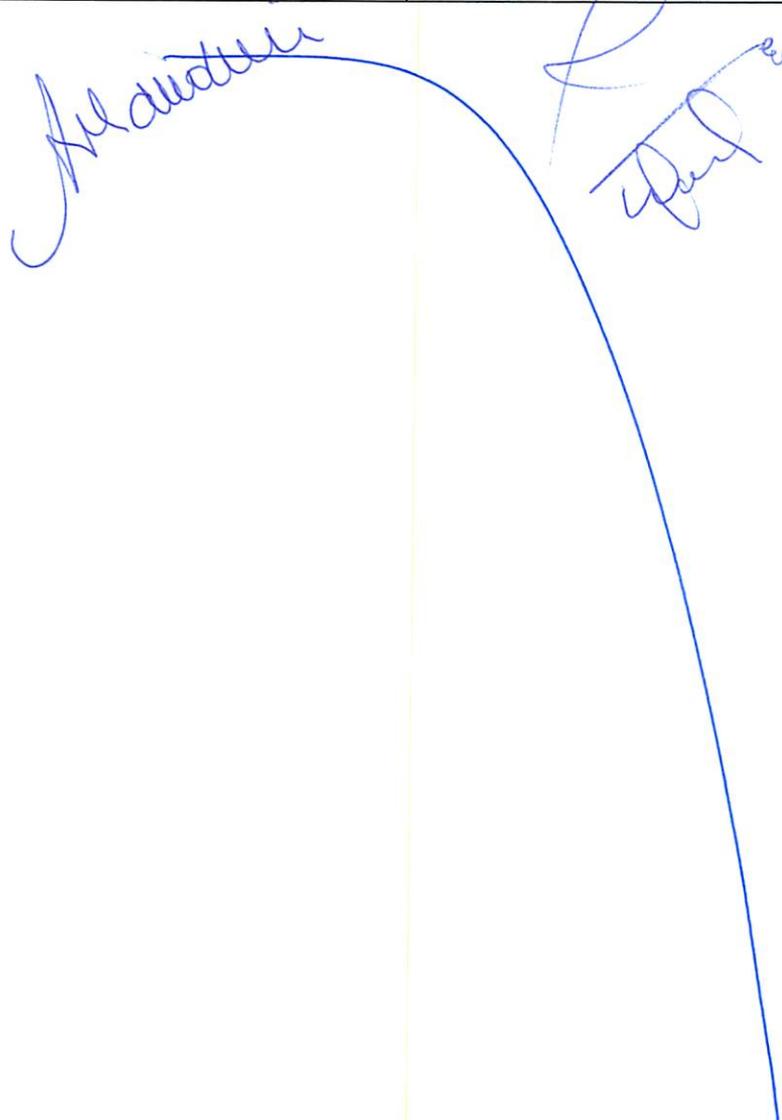
	Gestores	Unidades	Assinaturas
1	Des. Francisco José Pinheiro Cruz	Presidente e Gestor de Metas	 Francisco José Pinheiro Cruz Desembargador Federal do Trabalho
2	Ada Alves Reis Mendes	Secretaria Judiciária	
3	Alice Moraes Moreira	Secretaria de Gestão de Pessoas	
4	Ariel Rodrigues dos Santos	Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	
5	Antônio Batista de Souza	Secretaria-Geral da Presidência	
6	Antônio Feitosa da Rocha Filho	Secretaria Judiciária	
7	Carla Cristina Dantas Lima de Oliveira	Gab. Desembargador Shikou Sadahiro	
8	Celso Gomes	Assessoria de Comunicação Social	
9	Christianne Araujo Mendonça	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	
10	Edson Furtado Alves Júnior	Diretoria de Serviço de Controle Interno e Auditoria	
11	François Lúcio	Diretoria de Serviços de Material e Patrimônio	
12	Frank Luz de Freitas	Secretaria Executiva da Escola Judicial	
13	Hebert Gonçalves Eugênio	Secretaria do Tribunal Pleno	

3ª Reunião da Análise da Estratégia - 2016

14	Hélio Ricardo da Silva	Secretaria da Corregedoria Regional	
15	Hely Calixto da Cruz	Diretoria de Serviços de Infraestrutura, Logística e Segurança	
16	Iuri Tadeu Ribeiro de Carvalho	Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	
17	Jaqueline da Silva Ramos	Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	
18	João Bosco Machado de Miranda	Secretaria-Geral da Presidência	 João Bosco Machado de Miranda Secretário-Geral da Presidência TRT - 14ª Região
19	João Martins da Silva Filho	Secretaria da Corregedoria Regional	
20	José Corsino de Carvalho Baptista Júnior	Gab. Juiz Convocado Afrânio Viana Gonçalves	
21	Lélio Lopes Ferreira Júnior	Secretaria Administrativa	
22	Leonardo Da Silva Valério	Assessoria Administrativa da Presidência	
23	Liduína Maria das Chagas Landim	Secretaria Executiva da Escola Judicial	
24	Luiz Gonzaga da Silva	Secretaria Executiva da Escola Judicial	
25	Luiz Alberto Trovó	Seção de Cerimonial e Eventos Institucionais	
26	Maria Eleide Batista de Sales Mendes	Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios	
27	Maria Aparecida da Fonseca	Gab. Desembargador Shikou Sadahiro	
28	Neide Medeiros de Lira	Gab. Desembargador Shikou Sadahiro	
29	Mariluce da Silva Vlaxio Azevedo	Núcleo de Cálculos Judiciais	
30	Raimunda Tamar Souza da Rocha	Secretaria de Orçamento e Finanças	
31	Raimunda Brito Pedraça	Núcleo de Gestão Documental	
32	Raimundo José Zacarias da Costa	Diretoria-Geral das Secretarias	
33	Robert Armando Rosa	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	

3ª Reunião da Análise da Estratégia - 2016

34	Romário Botelho dos Santos	Secretaria da Corregedoria Regional	
35	Romão Garcia Filho	Núcleo de Serviços Gráficos	
36	Rosana Maria Mieko Takebayashi	Secretaria da Corregedoria Regional	
37	Shirley Pantoja Esteves	Gab. Desembargador Shikou Sadahiro	
38	Taís Betânia Fusinato	Núcleo de Assistência à Saúde	
39	Valda Serrão de Farias	Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	
40	Vinícius Vieira Marques	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	
41	Whander Jeffson da Silva Costa	Diretoria de Serviço de Controle Interno e Auditoria	
42	Weslei Maycon Maltezo	Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	


João Bosco Machado de Miranda
   
 Secretário Geral da Presidência
   
 TRT - 14ª Região